

A situação alarmante na América Latina: o aborto proibido e as consequências trágicas

Todo mundo que já viveu sob o controle de um parceiro ou pais abusivos sabe que o problema não é apenas o que é proibido. É o que você não sabe se está proibido. A perspectiva de punição instila medo. A vaga sobre o que será punido promove cautela. Apenas por segurança, o adolescente não se socializa com certos amigos. O professor exclui o livro controversa do currículo.

Isso é o que está acontecendo em 21 estados que proibiram o aborto quase todas as circunstâncias. Isso aconteceu com Amanda Zurawski, residente em Austin, Texas, que aprendeu aos 18 semanas de gestação que seu colo do útero estava dilatado prematuramente, o que significava a morte certa para seu feto, já chamado de Willow, e representava uma grave ameaça à saúde dela mesma.

Mas como ainda havia atividade cardíaca fetal, os médicos enviaram Zurawski para casa para ficar doente o suficiente para se qualificar para um aborto sob a proibição do Texas. A lei permite o procedimento apenas quando a paciente correria o risco de perder "função corporal importante" ou morreria. Não diz quando isso pode acontecer. E não faz nenhuma exceção para uma anomalia fatal fetal.

Zurawski desenvolveu sepse – infecção generalizada – e passou três dias no ICU. Ela sobreviveu, mas é improvável que sua fertilidade tenha sobrevivido.

Ambiguidade na lei e consequências trágicas

No caso *Zurawski v Texas* (2024), o Centro de Direitos Reprodutivos (CDR) argumentou em nome de dois médicos e 20 pacientes que a estatuto do Texas estava tão vagamente escrita que os provedores não poderiam saber se estavam violando a lei – correndo o risco de penalidades tão graves como prisão – se fizessem a coisa certa do ponto de vista médico. O CDR chamou isso de violação do direito constitucional à vida das mulheres.

Em dezembro de 2024, um juiz de primeira instância suspendeu a lei em espera de maior clarificação e permitiu o aborto se o julgamento de boa-fé do médico o achar necessário. Ken Paxton, o procurador-geral do Texas, apelou da liminar perante o Supremo Tribunal do Texas. E na última semana, esse tribunal removeu a liminar, afirmando que a lei está perfeitamente clara.

A Lei de Proteção à Vida Humana "permite que um médico intervenga para abordar uma condição física doente do corpo da mulher antes que a morte ou uma grave lesão física sejam iminentes", escreveu a juíza Jane Bland. "Um médico que diz a um paciente, 'Sua vida está ameaçada por uma complicação que surgiu durante a gravidez, e você pode morrer, ou existe um risco sério de que você sofra lesões físicas graves se um aborto não for realizado', e no mesmo fôlego afirma 'mas a lei não me permitirá fornecer um aborto nestas circunstâncias' está simplesmente errado nessa avaliação legal."

Por que os legisladores não esclarecem suas leis?

Em outras palavras, se o paciente for danificado, será culpa do médico, não da lei.

O caso *Zurawski v Texas* foi o primeiro processo a desafiar uma proibição em 21 estados.

nome de mulheres com gravidezes complicadas desde que o Supremo Tribunal 1 derrubou o Roe v Wade **onabet deolane** junho de 2024. Há certeza de que haverá mais. Na audiência de 4 de 1 junho do comitê do Senado dos EUA sobre saúde, educação, trabalho e pensões, testemunhas prestaram depoimentos sobre o que o 1 comitê chamou de "pesadelo nacional de saúde" causado pelas proibições e a confusão que elas estão causando. Em alguns lugares, 1 como Tennessee, os funcionários eleitos sugeriram que os legisladores modificassem as leis para torná-las mais fáceis de entender. Mas poucas 1 propostas assim foram apresentadas.

Na **onabet deolane** ação, o CRR pediu ao Texas que aperfeiçoasse a estatuto. Mas os juízes não 1 o fizeram e não instruíram a legislatura a fazê-lo. "Estamos de volta ao ponto de partida", disse Zurawski, indignada.

Eles 1 podem estar ainda mais para trás do que isso. Na audiência virtual 10 dias antes da decisão, os membros do 1 conselho médico do Texas debateram com advogados e provedores de saúde – e entre si – sobre interpretações da orientação 1 escrita para esclarecer as ambiguidades na lei. Mas todas as novas diretrizes fizeram foi adicionar a exigência de que os 1 provedores apresentem documentação extensa justificando suas decisões. Após a audiência de cinco horas e centenas de comentários escritos, todos concordaram 1 **onabet deolane** uma coisa: a incerteza é agora pior.

Por que os legisladores não esclarecem suas estatutos? Para um, eles não 1 podem. A maioria deles não saberia diferenciar um tubo uterino de uma linha de freio, e mesmo que soubessem, não 1 haveria como codificar tudo o que pode dar errado **onabet deolane** uma gravidez problemática ou todas as decisões médicas que devem 1 ser tomadas **onabet deolane** resposta. O tribunal do Texas disse que o médico que opta por não realizar um aborto de 1 emergência faz uma avaliação legal incorreta. Mas se a maioria dos legisladores não for médicos, poucos médicos também serão advogados. 1

Mas a tentativa do CRR de pressionar o estado a modificar uma lei ruim para torná-la um pouco menos ruim 1 é a mesma estratégia que o estabelecimento jurídico pró-escolha perseguiu durante os anos do Roe – e olhe para onde 1 isso nos levou.

A estratégia não é apenas contra-produtiva. É delirante. A ambiguidade da lei não é um descuido, não 1 o resultado de um rascunho preguiçoso ou desinformado. A ambiguidade é a intenção. Além da polícia, promotores e civis fazendo 1 cumprir as leis, os estados contam com a auto-policimento. Eles podem até esperar que os provedores façam menos do que 1 são legalmente permitidos.

E se coisas más acontecerem – "doloroso" que possa ser, admitiu Bland – o estado pode se 1 esquivar da culpa.

"Exercendo minha autoridade... estou expulsando Ryan Garcia de qualquer atividade com nossa organização", escreveu o presidente da WBC, Mauricio Sulaiman.

Garcia postou um pedido de desculpas **onabet deolane** X. "Eu estava trollando Eu quero que todos os assassinatos parem", escreveu García, " eu amo a todo mundo desculpe se ofendi você."

No mês passado, Garcia foi suspenso por um ano pela Comissão Atlética do Estado de Nova York. que também decidiu **onabet deolane** 20 abril **onabet deolane** vitória sobre Devin Haney seria considerada uma não-concurso depois dele ter testado positivo para drogas com melhoras no desempenho

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: onabet deolane

Palavras-chave: **onabet deolane** - symphonyinn.com

Data de lançamento de: 2024-07-12